

RELIGIÃO E COLONIALISMO: VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ROMANCE *HIBISCO ROXO* DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE.

Rosiler Santos Silva (Mestranda em Crítica Cultural pela UNEB)

RESUMO

Em *Hibisco Roxo* (2011), Chimamanda evidencia os resíduos do colonialismo nas vidas dos/as nigerianos/as, principalmente o cristianismo que sempre foi instrumento de dominação dos colonizadores no e pós período colonial, impondo suas crenças religiosas e inculcando normas e valores familiares. Desse modo o artigo pretende fazer uma reflexão sobre as violência que as mulheres são exposta a partir da relação colonialismo/ religião em *Hibisco Roxo*. A análise centra na relação abusiva de uma família, onde o patriarca é um fundamentalista religioso que foi convertido pela colonização Inglesa ao catolicismo. Ele considera essa religião de pessoas civilizadas, por isso impõem a sua crença de forma imperial. Para isso violenta física, psicológica e emocional sua filha e esposa. A narrativa mostra que a mulher foi duplamente colonizada na sociedade colonial, primeiro, pelo colonizador, condição que se estende a todos os membros da colônia; segundo, pelo patriarcado, por isso sofre até hoje consequência desse processo, principalmente nas famílias influenciadas pelo cristianismo branco. Esse texto foi subsidiados pelos estudos pós coloniais, decoloniais e teorias feministas.

Palavras-chave: Colonialismo. Religião. Patriarcado. Violência.

ABSTRACT

In *Purple Hibiscus* (2011), Chimamanda highlights the residues of colonialism in the lives of Nigerians, specially the Christianity that has always been an instrument of domination by the colonizers in the post-colonial time, imposing their religious beliefs and instilling norms and family values. In this way, this article intends to make a reflection on the violence that women are exposed from the colonialism/religion relationship in *Purple Hibiscus*. The analysis focuses on the abusive relationship of a family, where the patriarch is a fundamentalist religious who was converted by English colonization and Catholicism. For this, he violates physical, psychological and emotional his daughter and wife. The narrative shows that the woman was doubly colonized in colonial society, first by the colonizer, a condition that extends to all members of the colony; secondly, by patriarchy, so it suffers to this day to the consequences of this process, especially in families influenced by white Christianity. This text was subsidized by postcolonial, decolonial, and feminist theories.

Key-words: Colonialism. Religion. Patriarchy. Violence.

INTRODUÇÃO

Os caminhos versados pela literatura nos levam a um universo de possibilidades discursivas capazes de provocar reflexões acerca de questões emblemáticas para o cotidiano das pessoas, como as relações e opressões de gênero, étnica, classe e orientação sexual. As produções literárias contemporâneas estão dando conta de textos, em que os/a personagens são transgressores/as e estão sendo apresentados em uma perspectiva diferente, que foge do padrão branco, heteronormativo e do patriarcado. Os/as escritores/as negros/as tem se apropriado desse espaço para instaurar novas narrativas – novas perspectivas estéticas, orientando para a emergência de outras epistemologias. Epistemologias que priorizam a descolonização das relações dos grupos sociais subalternizados.

Chimamanda Ngozi Adichie, nascida em Enugu, Nigéria, no ano de 1977, estudou Comunicação e Ciência Política na Drexel University, na Philadelphia. Em 2003 completou seu mestrado em Redação Literária na Universidade Johns Hopkins e, em 2008, tornou-se mestre em Estudos Africanos pela Universidade de Yale. Publicou *Hibisco Roxo* (2003), *Meio sol amarelo* (2006), *A coisa a volta do teu pescoço* (2009) e *Americanah* (2013). Assim como Chinua Achebe e Wolé Soyinka, Adichie faz parte da geração de autores/as que estão escrevendo a partir do que chamam de diáspora nigeriana. Escritores/as que comungam de características comuns em suas temáticas narrativas e que tem voltando o olhar à terra natal para criar e recriar suas próprias narrativas, possibilitando ao mundo enxergar a Nigéria de outra forma - ter outra visão da história. A preocupação é que a versão de um único caminho não perpetue, para isso, Adichie diz “se você conta uma história de forma sincera e honesta, automaticamente evita a história única, encontra o bom e o ruim, a humanidade” (TED GLOBAL, 27 de março 2016).

A preocupação de Adiche, enquanto escritora, de negar estereótipos dos/as nigerianos/as criados pelo imaginário ocidental é porque influencia na experiência de vida dos próprios africanos/as, que, ainda com dificultando, tem construído um processo de reinscrição social. Por isso sua escrita é tomada como ato político e reverbera nas suas

narrativas que traz questionamentos a respeito da desigualdade social, intolerância religiosa, patriarcado, guerra civil, violência doméstica e tanto outros, ao mesmo tempo que traz o protagonismo feminino negro, relações de afetos, solidariedade entre sujeitos, além de demarcar a subversão diante das adversidades herdadas do Imperialismo Inglês. Retratos de uma Nigéria pós-colonial, marcada por guerras e tentativa de desenvolvimento.

Em *Hibisco Roxo* (2011) a autora evidencia os resíduos do colonialismo nas vidas dos/as nigerianos/as, principalmente o cristianismo que sempre foi instrumento de dominação dos colonizadores no e pós período colonial, impondo suas crenças religiosas e inculcando normas e valores familiares. A narrativa é contada através da perspectiva de Kambili, adolescente de 15 anos, que vivencia relação angustiante e abusiva, tornando-se extremamente tímida e retraída. Seu pai, Eugenio é um fundamentalista religioso que foi convertido ainda jovem pela colonização Inglesa e estudou em escola católica. Ele considera essa religião de pessoas civilizadas, por isso impõem a sua crença de forma imperial a toda família. Para isso organiza horários e atividades, incluindo orações, para todos/as cumprirem disciplinarmente todos os dias. Caso haja algum deslize por parte de algum membro é castigado física, psicológica e emocionalmente. Apesar da violência se estender ao irmão Jaja, em Kambili e na mãe Beatrice, que se percebe os efeitos mais concretos e simbólicos desse processo de fanatismo, opressão e submissão.

A ida a casa de tia Ifeoma que mora Nsukka, cidade universitária da Nigéria, dá a Kambili outra perspectiva da vida, pois a forma libertaria que a tia educa os filhos Amaka, Obiora e Chima e a convivência com o padre Amadi e o avô Papa-Nunukwu abre um universo de vivência familiar que ela não conhecia. Ainda que Kambili, por influência da tia Ifeoma, começa a questionar a postura extremista do pai, segue sentindo necessidade de agrada-lo, diferente do irmão Jaja, que visivelmente se empodera.

Adichie através do comportamento das personagens mostra que o colonialismo teve um efeito maior nas mulheres. Nesse sentido o trabalho parte do pressuposto de que as mulheres foram duplamente colonizadas nas sociedades coloniais, por isso sofrem até hoje consequência, desse processo, principalmente nas famílias influenciadas pelo cristianismo

branco. Os estudos Pós Coloniais, decoloniais e feministas serão trazidos para subsidiar a análise de *Hibisco Roxo*, não para serem conceitualizados.

COLONIALISMO – MULHER DUPLAMENTE COLONIZADA

500 anos de exploração de pessoas, culturas, terras, deixaram marcas determinantes nas relações sociocultural e política do mundo. O colonialismo essencializou os sujeitos instituindo formas de exclusão e supressão das suas subjetividades, imprimindo sentindo que até hoje perpetua nas sociedades, que é ideia do *centro* e das *periferias*. Ao colocar-se enquanto centro da construção do conhecimento e da civilização, Europa relega as outras nações e povos marginalizados como as mulheres, indígenas, negros/as, pobres e subalternos em geral a periferia. Para Hall (2011) a colonização nunca foi algo externo às metrópoles imperiais e sim um processo profundamente interligado tanto às sociedades colonizadoras como as colonizadas, ou seja, a oposição das categorias metrópole/colônia já não consegue dar explicações para a diversidade cultural percebida no processo de descolonização ou de pós-colonização. O autor revela que até hoje os efeitos do colonialismo permanecem, isso porque o rompimento desse fenômeno foi prolongado e diferenciado, ou seja, o “colonial” não está morto, já que sobrevive através de seus efeitos secundários. Segundo (QUIJANO, 2010, p. 73) a Colonialidade é forjada exclusivamente do padrão mundial de poder capitalista e tem em sua gênese “uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social”.

O capitalismo mundial colonial/ moderno é constituído por três linhas principais de classificação, raça, gênero e trabalho, que na Colonialidade de Poder fazem parte de uma mesma estrutura global (QUIJANO, 2010, p. 102). São nessas três instâncias que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas. Dois eixos centrais sustentam essas articulações: disputa pelo controle do trabalho e da natureza; sexo, subjetividade e da autoridade. A incorporação da raça ao capitalismo eurocentrado tornou-se inerente aos dois eixos, ou seja, a noção de raça é utilizada para estabelecer a dominação e classificar as pessoas

como inferiores ou superiores no sistema-mundo moderno/colonial. Com isso, segundo Mignolo (2007), a Colonialidade inscreve novas formas de controle e exploração dos povos ditos Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos. Portanto, “a matriz racial de poder é o mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimento e regiões do planeta são racializadas” (MIGNOLO, 2007, p. 293).

Mignolo (2007) argumenta que a continuidade da estrutura perversa da Colonialidade imperialista tem a ver com a instituição da ideia de uma identidade superior, que rege a forma como se constrói e quem tem a acesso ao conhecimento, assim quem incide nos processos de decisões. Em decorrência disso, propõe a desobediência epistemológica, através da opção descolonial – opção que tem em sua genealogia a descentralização do conhecimento e o afastamento dos conceitos ocidentais e colonial. Assim, “[...] a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender* [...], já que nossos [...] cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (MIGNOLO, 2007, p. 289). Esse conhecimento ocidental estava assentado nos fundamentos das línguas gregas e latina e das seis línguas imperiais europeias, suprimindo e violentando as línguas nativas e dos povos negros advindo da diáspora.

Evocar outras epistemologias e críticas literárias para pensar processos que transforme esse lugar de invisibilidade que os sujeitos colonizados encontram-se é imprescindível, ainda que seja complexo por conta da violência simbólica oriunda do fenômeno Colonial. Reescrever suas histórias é ser portador da sua voz, mas que isso, é colocar-se na história do mundo e das sociedades. Os estudos Pós-coloniais e feministas nos subsidia nesse sentido, pois problematizam as relações e questões a partir do olhar dos/as colonizados. O pós colonial tenciona o imperialismo sobre todos/as os/as colonizados/as, o feminismo busca combater a sociedade patriarcal. Em suma, “o objetivo dos discursos pós-coloniais e do feminismo é a integração da mulher marginalizada à sociedade” (BONNICI, 2000, p. 16). Além disso “a teoria pós-colonial investiga a ideologia, na maioria das vezes obliterada ou escondida, presente nos textos literários e históricos e as marcas que a colonização deixou nesses textos durante e após a colonização” (BONNICI, 2007, p. 150).

Esses estudos desvelaram algumas discussões importantes, mas pouco citadas, como a questão da mulher no processo de colonização. Segundo Bonnici (2009) a colonização e o discurso colonialista eram também impregnados pelo patriarcalismo e pela exclusividade sexista, já que a ideologia subjacente consistia em impor a civilização Europeia, branca e “hétero” ao resto do mundo, ou seja, a mulher não cabia nos espaços de poder. Assim, ela em uma sociedade colonial é duplamente colonizada. Primeiro, pelo colonizador, condição que se estende a todos os membros da colônia; em segundo, ocorre pelo fato de ser mulher, resultante do patriarcado, e levando em consideração as dimensões de raça e da classe, torna-se duas vezes objetificada. O patriarcado na visão de Costa (1998, p. 4), “é uma organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino tanto da estrutura familiar como na organização das instituições políticas”. Para Hooks (2014) as políticas sexistas do governo colonizador branco reforçaram a ideia de superioridade masculina, com isso a estrutura social do patriarcado possibilitou ao homem escravizado um estatuto superior a mulher escravizada. Portanto, os instrumentos utilizados para subjugar os/as colonizados/as no e pós período de colonização tem consequência infinitamente maiores na vida das mulheres.

As questões nas quais o colonialismo foi assentado “raça, cristianismo e patriarcado” (BONNICI 2009, QUIJANO 2010) reverbera violentamente na vida da mulher negra atualmente na sociedade. A condição que ela se encontra de privações socioeconômica e política é maior de que a do homem, inclusive do negro. Os efeitos do racismo na vida dos homens negros nunca impediam de serem opressores e sexistas dentro e fora do relacionamento íntimo (Hooks, 2014). E no caso das famílias convertidas ao cristianismo, o processo de abuso era maior e mais complexo, pois o campo que a religião opera é da simbologia, subjetividade, inculcação, as mulheres não sentem-se reguladas, subjugadas, ou seja, os comportamentos sociais como sendo normas divinas.

Ao demarcar em *Hibisco Roxo*, a violência que Eugenio (homem muito rico) promove em nome de Deus, aos seus/as filhos/as e esposa, Adiche traz quão estruturante é o patriarcalismo e como ele transcende as relações, dependendo da classe e da raça tende a ficar mais aparente, mas sempre presente, por isso tão determinante.

MULHERES SOBE A MIRA DA RELIGIÃO E DOS RESÍDUOS DO COLONIALISMO

Cristianismo e Colonialismo sempre estiveram interligados na missão de expandir o Império Europeu e “civilizar” a nações subalternas como África, América Latina e tantos outros. “Não importa se eram impérios espanhóis, ingleses, portugueses, holandeses, franceses ou germânicos, o fato é que as relações entre religião e colonização eram inseparáveis” (PARADISO, 2014, p. 76). Como instrumento político de colonização, o cristianismo (católico e protestante no caso da Nigéria), através dos/as missionários/as, foi estratégico na imposição dos costumes trazidos pelos europeus e na tentativa do apagamento da sua cultura, especialmente a língua nativa Igbo e Yoruba. Batista (2014) citando Falola e Heaton (2008) afirma que os/as missionários/as tiveram interesse de aprender a cultura local e língua e como resultado desse interesse, muitos nativos que se convertiam se transformavam em novos missionários em suas comunidades. Portanto na visão da autora esses missionários cristãos são verdadeiros lobistas na empreitada colonialista. Corroborando com ela, José Luís Cabaço declara o seguinte:

A ação missionária definiu categoricamente o modelo de civilização a impor e, identificando os africanos como pagãos, introduziu a primeira classificação binária na relação com os povos colonizados: o europeu era o sujeito do processo civilizador e o africano seu objeto (CABAÇO, 2009, P. 84).

Em toda narrativa de *Hibisco roxo* há evidencia do processo de assimilação da cultura dos Igbos pelos/as missionários/as, assim como os efeitos da religião no cotidiano dos/as personagens. Período durante e pós paixão de Cristo era sagrado para os cristãos, Kambili entendia isso, por isso está ali, na missa, domingo de Ramos, era algo certo. Seu papa (forma como chama o pai) Eugenio, um africano impregnado pelo catolicismo, era sempre o primeiro a receber a hóstia durante a comunhão, do jeito que o padre Benedict ensinou. A medida que ia observando o papa, a adolescente divagava com as mudanças que a comunidade e a igreja passavam, após a chegada do padre.

O padre Benedict já estava em St. Agnes havia sete anos, porém as pessoas ainda se referiam a ele como "o nosso novo padre". Talvez não tivessem feito isso se ele não fosse branco. O padre Benedict mudara as coisas na paróquia, insistindo, por exemplo, que o credo e o kyrie fossem recitados apenas em latim; igbo não era aceitável (ADICHIE, 2011, p. 17).

Apesar de Kambili observar que havia mudança na forma de condução da missa, ela parecia não perceber a dimensão daquela situação. A ação do padre representava o imperialismo dos colonizadores Ingleses, silenciando a língua nativa, desrespeitando os costumes da comunidade. Assim, "o colonialismo impõe e suprime a cultura nativa ao exportar sua própria cultura, que está baseada na religião cristã (seja ela católica ou protestante), na cor branca, e na língua do império, o inglês" (BATISTA, 2014, p. 36).

Eugenio é o personagem que melhor representa um colonizado marcado pelo imperialismo. Na narrativa ele aparece completamente aculturado. Com a chegada dos padres e missionários/as ingleses em Abba, Eugenio foi convertido, ainda jovem, ao catolicismo e estudou em escola católica. Lá aprendeu a língua, os costumes europeus e os dogmas da Igreja católica, por conta disso acredita na superioridade da raça "branca". A narradora relata que seu papa mudava o sotaque, adotando uma pronuncia britânica sempre que se reportava aos religiosos (missionaria, padre Benedict); "Ele se mostrou gracioso e ansioso por agradar, como sempre era com os religiosos, principalmente os religiosos brancos" (ADICHIE, 2011, p. 146). A família de Kambili é de etnia igbo, um dos maiores grupos étnicos africanos. Todos falavam igbo em casa, socialmente tinham que falar em inglês, pois para Eugenio essa era a língua de pessoas civilizadas. Assim ele sempre dizia; "Precisávamos ser civilizados em público, ele nos dizia; precisávamos falar inglês" (ADICHIE, 2011, p. 50).

Como já fora supracitado a religião cristã é inerente ao colonialismo, especialmente por ser atemporal. "Ela provê aos prosélitos um espaço na hierarquia social, especialmente no caso do catolicismo, no qual o padre é visto como um intermediário entre Deus e o pecador" (BATISTA, 2014, P. 38). Portanto um espaço de poder que transcende as paredes física da igreja, confundindo com poder político no sistema colonial. A fé mantém os cristãos controlados e servos da religião, por outro lado, segundo Batista (2014) citando Falola e

Heaton os nativos vê a conversão ao cristianismo como uma forma de receber ajuda do império em relação aos seus inimigos locais e ao mesmo tempo ter ascensão social.

Eugenio era um desses beneficiado do poder da igreja, o Pe. Benedict na paróquia de St. Agnes sempre o exaltava nas celebrações. A narradora descreve que “durante seus sermões, o padre Benedict sempre falava do papa, do meu pai e de Jesus – nessa ordem” (ADICHIE, 2011, p. 18). A narradora deixa nas entrelinhas o jogo de poder que envolve a relação de Eugenio com a igreja, ele é talvez o empresário mais rico da comunidade, dono de várias fábricas em Enugu e do jornal “Standard” e faz as maiores doações a Igreja. Pelo fato de fazer doações a hospitais e para a população em geral é tratado com respeito e louvor, ficando abaixo apenas do Padre.

Entretanto por ser convertido para uma religião monoteísta como catolicismo, Eugênio comete muitas intolerância e abusos dentro da sua família. Ele cortou relação com pessoas que não aceitaram se converterem ao catolicismo, inclusive com seu próprio pai, Papa Nnukwu, por rejeita-se acompanhar os/as missionários/as e ter continuado a oferecer cultos e oferendas a seus Deuses. Para ele o seu pai era um pagão e indigno, com isso proibiu os filhos de vê-lo. A passagem da morte de Papa Nwukwu, dá conta do poder que Eugenio exerce sobre a narradora; “Eu quis me aproximar e tocar Papa Nnukwu, tocar os tufo de cabelo brancos. Mas não ousei. Papa ficaria indignado” (ADICHIE, 2011, p. 603). Na sua casa, Eugenio personifica o imperialismo patriarcal mencionado Bonnici (2007) e Hooks (2014), imprimindo disciplina, reprimindo comportamento e regulando corpos, tudo em nome da fé. O rígido programa de horários de atividades de Jaja e Kambili é exemplo disso:

Papa gostava de ordem. Isso ficava patente nos próprios horários, na forma meticulosa como ele desenhava as linhas, em tinta negra, cortadas horizontalmente a cada dia, separando a hora de estudar da hora da sesta, a da sesta da hora de ficar com a família, a de ficar com a família da hora das refeições, a das refeições da hora de rezar, a de rezar da hora de dormir. Papa revisava nossos horários com frequência (ADICHIE, 2011, p. 77).

Na concepção de Eugenio os filhos são abençoados por Deus, devem se esforçar para retribuir essa benção, sendo os melhores na classe de aula. Kambili lembra do medo que sentiu ao ficar em segundo lugar, apesar dessa vez não ter sofrido com agressão física o pai a pressionou emocional e psicologicamente. Ela lembra que as colegas da sala a chamavam de

metidinha rica porque não conseguia brincar, mas a preocupação era outra; ‘Mas não me preocupei muito com isso, pois carregava nas costas um peso maior - a preocupação de ficar em primeiro lugar’ (ADICHIE, 2011, p. 166). Nesse mesmo fleche de memória, Kambili lembra que o pai deu um tapa na cara dela que a deixou com um “zumbido” no ouvido, só por que atrasou um pouquinho na escola. A maior parte dos fleches da narradora é com traços de violência emocional – psicológica – física de Eugenio para com, Jaja, ela e mãe Beatrice.

Costa (1998) assegura que o poder do patriarcado, no estado de exercício, dar-se-á nas relações existentes entre o masculino e feminino são discrepantes e assimétricas, mantendo a mulher submissa ao homem. Caso explícito na figura de Beatrice, silenciosa, resignada, submissão e agradecida por estar no papel de esposa, não se vislumbrando fora desse relacionamento abusivo ou em uma vida que não seja essa. Esse processo de opressão faz com que ela ignore os abortos provocados pela surras e as situações imperiais que Eugenio a impõe. Duas passagens explicitam atos de violência de Eugenio. Primeiro, quando Beatrice grávida e cansada prefere ficar no carro a visitar o padre. Segundo, Beatrice relata a Kambili porque sofrera mais um aborto:

- Deixe-me esperar no carro, biko - disse Mama, encostando-se na Mercedes. - Sinto que há vômito me subindo à garganta.
Papa se virou para encará- lá. Eu prendi a respiração.
-Tem certeza de que quer ficar no carro? - perguntou Papa.
Mama estava olhando para baixo; ela pousara as mãos sobre a barriga, como cogumelos.
- Meu corpo não está bem - murmurou ela.
- Eu perguntei se você tem certeza de que quer ficar no carro.
Mama olhou para ele.
- Não, eu vou com vocês. Não está tão ruim assim (ADICHIE, 2011, p. 94).

- Sabe aquela mesinha onde guardamos a Bíblia da nossa casa, nne? Seu pai quebrou-a na minha barriga – disse. Meu sangue escorreu todo por aquele chão antes mesmo de ele me levar ao St. Agnes. Meu médico disse que não pôde fazer nada para salvá-lo. Mama balançou a cabeça devagar. Um filete de lágrimas desceu lentamente por suas bochechas Eu estava grávida de seis semanas (ADICHIE, 2011, p. 812).

A violência de gênero é sem dúvida mais perversa manifestação das relações de poder e de desigualdade entre os sexos. As diversas formas de agressão (emocional, psicológica,

patrimonial, física e sexual) existentes também têm sua gênese no cenário político, cultural histórico de discriminação e subordinação das mulheres, Sardenberg (2011). Toda a narrativa é marcada por ato de violência, nas mais diversas esferas. No decorrer das páginas a narradora vai percebendo que os machucados que apareciam recorrente na mama “olho roxo” e as pernas que “mancavam” eram sinais de violência provocada pelo pai. “Olhei para o olho de mama. Ele estava abrindo agora, mas devia ter estado completamente fechado no dia anterior, de tão inchado” (ADICHIE, 2011, p. 632). O texto também dá pista que Kambili associa os abortos que mama tivera, com pancadas fortes dentro do quarto, tanto é que ao ouvir o mesmo barulho começa a contar para ver se não sente o tempo passar. Essa foi a primeira cena que demonstra explicitamente – violência – aborto:

[...]quando ouvi os sons. Pancadas pesadas e rápidas na porta talhada à mão do quarto dos meus pais. Imaginei que a porta estava emperrada e que Papa estivesse tentando abri-la. Se imaginasse aquilo sem parar, talvez virasse verdade. [...] Às vezes, acabava antes de eu chegar ao número vinte. Eu já estava no dezenove quando o som parou. Ouvi a porta se abrindo, Mama estava jogada sobre seu ombro como os sacos de juta cheios de arroz que os empregados da fábrica dele compravam aos montes na fronteira com Benin (ADICHIE, 2011, p. 106).

Os abusos atingem toda família, especialmente Beatrice e Kambili, e à medida que o romance avança as agressões vão aumentando e a tensão também. Eugênio justifica a violência em nome do fundamentalismo religião, da fé na igreja. Para Arendt (1994, p. 44) não é a violência que gera o poder, pelo contrário, ela aparece quando o poder está ameaçado: “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente”. Nesse sentindo o patriarca da família, torna-se mais agressivo a medida que sente estar perdendo a autoridade sob o/a filho/a, e para o “pecado”, mundo “pagã”. Três cenas são representativas desse processo. A primeira, Kambili quebra o jejum da eucaristia porque precisou tomar o panadol, remédio para cólica menstrual. Mama falara que não poderia tomar remédio com estomago vazio, então deu a Kambili floco com leite. Aos surpreende-los, Eugenio enfurecidamente vocifera; “Será que o demônio armou uma tenda dentro da minha casa?” – “Você ficou aí, vendo Kambili profanar o jejum da Eucaristia, maka nnídi?” (ADICHIE, 2011, p. 332). Essa fala, evidencia como a mulher é culpabilizada num suposto

desvirtuamento dos/as filhos/as, já que cabe a ela a responsabilidade de educá-las. Seguido a violência verbal, Eugenio parte pra ação; “Ele bateu em Jaja primeiro, no ombro. Mama ergueu as mãos e recebeu um golpe na parte superior do braço[...] o cinto me atingir nas costas” (ADICHIE, 2011, p. 333).

Segunda, Eugenio descobre que Papa Nwukwu, doente (logo depois morreu), teve que dormir junto com Jaja e Kambili na casa da tia Ifeoma. Dormir sob o mesmo teto que um “pagão”, mesmo que fosse seu próprio pai, era motivo suficiente para castigá-los queimando seus pés com água fervendo. Assim conta dolorosamente a narradora; “Derramou a água quente nos meus pés, lentamente, como se estivesse fazendo uma experiência e quisesse ver o que ia acontecer” “A dor do contato foi tão pura, tão escaldante, que não senti nada por um segundo. Então, comecei a gritar” (ADICHIE, 2011, p. 631,638). Por fim a última agressão também foi engatilhada por suposto “pecado”. Ao surpreender Kambili e Jaja no quarto contemplando o quadro de Papa Nwukwu, presente de sua prima, Amaka, Eugenio rasga a foto na frente dos filhos. Kambili sempre resguardada reagiu pegando o resto do quadro, ação que provocou uma surra violenta nela:

- Levante-se! - repetiu Papa.

Mesmo assim, não me mexi. Ele começou a me chutar. As fivelas de metal de seus chinelos doíam em minha pele como mordidas de mosquitos gigantes. Papa falou sem parar, descontroladamente, misturando igbo com inglês, carne macia com ossos afiados. Ímpios. **Idolatria pagã. Fogo do inferno.** O ritmo dos **chutes foi aumentando.** A dor me queimava agora, estava mais parecida com mordidas, porque **o metal caía sobre feridas expostas** na lateral do meu corpo, em minhas costas, em minhas pernas. **Chute. Chute. Chute.** Talvez fosse um cinto agora, pois a fivela de metal parecia pesada demais. Pois eu podia ouvir algo cortando Mais pancadas. **Mais tapas.** Algo molhado e salgado esquentou minha boca. Fechei os olhos e me entreguei ao silêncio (ADICHIE, 2011, p. 690)

Adiche mais uma vez, através dos/as personagens, demonstra a relação estreita entre a religião - violência - Colonialismo e os malefícios na vida dos/as nigerianos. Para isso, a religião significava uma vantagem dos colonizadores em relação aos colonizados, pois garantia o direito de punição para a correção em nome da salvação (BATISTA, 2014, p. 36). Nessa relação de força a mulher notadamente está sujeita a dupla vulnerabilidade.

QUESTÃO DE GÊNERO: CORPOS DÓCEIS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O termo gênero passou a ser considerado nos estudos feministas com objetivo de desconstruir as diferenças sexuais ditas pela sociedade que relega a mulher o papel de subalternidade imposto pelo patriarcado. O “gênero passou a constituir uma entidade moral, política e cultural, ou seja, uma construção ideológica, em contraposição a sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica” (PRAUN 2011, p. 59). Assim não se define a partir da biologia, mas das interações culturais e vivências que a pessoa passa a ter socialmente. Esse termo inclui componentes como identidade, valores, comportamento, sentimento entre outras construções da sociedade.

Ana Alice Costa (1998) assegura que a invisibilidade social na qual a mulher se encontra é fruto do seu papel de gênero. Para autora a sociedade através de suas instituições (igreja, aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constroem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação (p. 2). Com isso os discursos conservadores e misóginos, legitimados pela sociedade, sempre agiram no intuito de dominar, suprimir, normatizar, disciplinar os corpos das mulheres, limitando sua atuação nos processos de decisões sociais e político e reprimindo sua sexualidade. A sua passividade, docilidade, e sujeição, dificulta uma reação mais forte contra o domínio que o patriarcado exerce sobre seus corpos, suas vidas e vontades, provocando assim seus silenciamentos.

A submissão e controle que Kambili e Beatrice aparece na narrativa reforçam os argumentos de Vasconcelos (2015, p. 25) que pontua; “a mulher foi educada a estar convencida da superioridade viril e, por isso, é orientada, durante toda a sua existência, a aceitar a passividade como um modo de resignação e entrega aquele sexo que dirige o mundo”. O cristianismo tem responsabilidade nesse processo, já que suas instituições como as igrejas e escolas cristãs, especialmente as católicas, foram determinantes na construção de um padrão de família que oprime a mulher e concede todos os privilégios ao homem.

Segundo Jarschel e Nanjarí (2008) a família de modelo patriarcal, proclamada como sagrada no Cristianismo, é a principal instituição através da qual as Igrejas Cristãs impõem e tornam vigentes suas doutrinas e práticas disciplinares, sobretudo no campo da moral sexual. Não é toa que em *Vigiar e punir* Foucault (1987, p. 176) afirma que durante séculos, as ordens religiosas foram umas das especialistas em disciplinamento de corpos, usando tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares.

Em, *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) constrói uma análise crítica da sociedade moderna onde poder e o saber tem correlação. Ele parte de uma investigação acerca dos sistemas penitenciários, e de como estes se tornaram o local perfeito para disciplinarização de sujeitos. O filósofo inclui nessa análise outros instrumentos (escola, hospitais, fabricas, ordens religiosas.) que imprime processos e ações de normatizações dos corpos. Nisso os meios que dispomos para punição, correção e adestramento são analisados não só com uma sanção derivada da repressão, mas tem uma função social; a punição não provém das regras do direito, mas é um entre outros procedimentos de poder existentes em táticas políticas; com isso é criado a noção de sujeito obediente. Sujeito fabricado a partir do sujeitamento e da normatização imposta por uma classe dominante que utiliza práticas de disciplinamento para ter sucesso.

No capítulo, *Disciplina*, Foucault (1978) discute a perspectiva conceitual de técnicas de disciplinamento dos corpos dóceis dos indivíduos, no meio social, como característica de uma modalidade de subjetivação. “A noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 163). Na narrativa os *corpos dóceis* são representados pela família de Eugenio que é submetida a seus abusos e disciplinamentos para tornar-se perfeita aos olhos da sociedade cristã. Para docilizar esses corpos é necessário seguir vários rituais e processos de disciplinamento como comportamento, forma de se vestir e de falar. Segundo o autor (1987, p. 195), são três os instrumentos responsáveis pelo sucesso do poder disciplinar: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”.

Para Foucault (1978) a disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. Em *Hibisco roxo*, Eugenio aparece como a figura que representa o “olhar hierárquico”, aquele que manda, dita e organiza qualquer fala, ação da família – aquele a quem Kambili, Jaja ou mama se dirige para resolver as questões, inclusive do cotidiano. Na sua cabeça a família precisa ser temente a Deus, então organiza uma serie de movimento para ela seguir. Isso é perceptível na fala de Kambili; “Papa gostava de ordem” “Papa revisava nossos horários com frequência”. Ou quando ele exigia que Kambili tirasse a melhores nota, ficando sempre com a primeira da classe; “Como Deus lhes deu muito, ele espera muito de vocês. Espera a perfeição” (ADICHIE, 2011, p. 149). A entidade “Deus” estava no campo do poder simbólico de Bourdieu (2002) a fé, então justifica qualquer ação, Kambili fica com medo, mas entendia como que era necessário para deixar o papa feliz.

Eugenio tenta garantir que tudo ocorra bem e que os filhos e a esposa cumpram o combinado através de castigos, ou seja “sanções normalizadora”. Esses espaços normalizadores apontados em Foucault (1978), na narrativa é casa e igreja e nelas são aplicadas toda uma “micopenalidade” caso haja algum desvio. O filósofo elenca a micopenalidade de tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), a exemplo do dia que Kambili atrasou alguns na escola e apanhou. Da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser que envolve grosseria e desobediência como Jaja faltou a comunhão e papa; “Pegou o missal e atirou-o na direção de Jaja” (ADICHIE, 2011, p. 26). A micropenalidade também é aplicada no corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira) Eugenio repreende Beatrice por ter se curvado ao Chefe de Estado [...] “Ninguém devia se prostrar diante de outro ser humano. Era uma tradição pagã, prostrar-se diante de um Igwe” (ADICHIE, 2011, p.304). Foucault (1978, p. 203) segue dizendo o seguinte:

Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao

extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora.

Eugênio coloca-se na posição de juiz, o julgador da família, observa se está correto e sanciona a pena “castigo” ora “água quente nos meus pés”, “dedo quebrado” “ou olhos inchado”. Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal “beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento” (FOUCAULT, 1987, p. 202). Nesse caso, outorgado pela igreja e pela sociedade que sustenta o patriarcado, cujo intuito é dá poder ao homem. Esse poder lhes dá direito e autonomia sobre seus filhos e mulher tornando-lhes seus objetos de manobra, ao mesmo tempo que lhe autoriza a praticar qualquer tipo de ação, mesmo que seja violenta, dentro de casa.

A disciplinarização dos corpos como meio de dominação traz duas perspectivas que se complementam, a de Foucault (1987) e de Bourdieu (1989). As duas tratam de normatização e “corpos dóceis”, “treinados” “disciplinados” e para isso pode ser através de violência física, psicológica ou emocional. Para Foucault, a violência se encontra exatamente nas estratégias da obtenção do poder disciplinar: o controle, vigilância, castigos, sempre deixam marcas no corpo e que o próprio indivíduo com receio de ser punido ou excluído, se auto-vigia constantemente e interioriza-os. Essa autovigilância abordada por Foucault está marcada em toda narrativa, em todos personagens vítima do olhar punitivo de Eugenio, especialmente Kambili que tornara um corpo dócil, manipulado e submisso. Kambili mesmo longe dos olhos de papa, sente necessidade de cumprir os horários que ele impunha a toda família; “Mesmo sem meu horário, eu sabia a que horas Papa queria que eu fosse para cama” (ADICHIE, 2011, p. 409). A narradora se assombra com a facilidade com que Jaja falava algum fato de casa aos primos; “Será que Jaja tinha esquecido que nós não contávamos a ninguém, que havia tanto que nunca contávamos a ninguém?” (ADICHIE, 2011, p. 506). Por fim a cena que melhor ilustra a influência do olhar punitivo do seu papa, é que ele descobre que o “pagão” Papa Nwukwu, seu avô, estava sob o mesmo teto que ela e Jaja.

Amaka me sacudiu, embora seus movimentos já houvessem me acordado. Eu estava oscilando na fronteira entre o sono e a vigília, imaginando Papa aparecendo para vir nos buscar, imaginando a **fúria em seus olhos avermelhados**, a enxurrada de palavras em igbo vindas de sua boca (ADICHIE, 2011, p. 596).

Os argumentos utilizados por Bourdieu (1989) em *Poder simbólico* dão conta de problematizar e contextualizar a abnegação e docilidade que Kambili e Beatrice aparece na narrativa. Segundo o sociólogo (BOURDIEU, 1989, p. 7) “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Para o autor esse tipo de poder mobiliza outros poderes e ato que usam da mesma estratégia de invisibilidade que se traveste de normalidade. É o caso de *Hibisco roxo*, dominado com a presença de Deus e do patriarcado, representado pelo personagem de Eugenio, no qual um está interligado ao outro, por conta disso, nem Kambili nem Beatrice se percebem em um processo de violência e dominação. Ao mesmo tempo que sentem medo desenvolvem respeito e amor pelo opressor. Elas não percebem que a vontade de agradar Eugenio está ligada ao sentimento moral e regulador da igreja. Esse jogo é representado em algumas cenas: Ao dizer a tia Ifeoma que não visitará Papa Nwukwu porque é pagão, Kambili sentiu-se bem; “Papa ficaria orgulhoso se soubesse que eu tinha dito isso” (ADICHIE, 2011, p. 262). Resistir e agradecer são palavras de ordem dos dogmas religiosos, que a mulher incorpora quando casa. A igreja cristã ajudou a institucionalizar outras normas e padrões “formal-ideias” (QUIJANO, 2010, p. 112) de família, onde a assegurava a liberdade sexual do homem e garantia a fidelidade da mulher. Nesse caso é compreensível quando Beatrice se grata por ter um esposo tão abençoado mesmo depois das surras que ocasionaram os abortos nessas duas citações:

[...] Depois que você nasceu e eu sofri aqueles abortos, o povo da vila começou a falar [...] com seu pai e insistir que ele tivesse filhos com outra mulher [...] Mas seu pai ficou comigo, ficou conosco (ADICHIE, 2011, p. 65).

Para onde eu vou se sair da casa de Eugene? Diga, para onde eu vou? - perguntou Mama, sem esperar pela resposta de tia Ifeoma. - Sabe quantas mães empurraram suas filhas para ele? Sabe quantas pediram que ele

engravadas suas filhas, sem nem precisar se incomodar em pagar o preço de uma noiva? (ADICHIE, 2011, p. 819)

Os símbolos são parte do modo como representamos a realidade e o mundo, o meio pelo qual uma cultura e seus valores se expressam e se reafirmam através dos sistemas simbólicos. Assim os sistemas simbólicos são responsáveis por produções simbólicas, que funcionam como instrumentos de dominação e relaciona-se com os interesses da classe dominante e privilegiada. Nessa perspectiva o patriarcado mexe com uma série de símbolos, principalmente da dominação masculina. Ele se apresenta de diversas maneiras e em vários setores, no cotidiano das relações domésticas, do trabalho, não é preciso que se cometa abertamente, uma discriminação ou violência contra uma mulher para demonstrar o poder de gênero, pois, toda estrutura da sociedade assegura os privilégios masculinos (BOURDIEU, 1989, p. 10,11).

Bourdieu (2002) vê na dominação masculina e na forma que ela é imposta e vivenciada, um exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, resultante da “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas” (p. 7). Esse tipo de violência se corporifica na relação familiar, se transvestindo de “cuidado, proteção” para que as vítimas não se perceba no processo de violação por parte do agressor. Era assim que Eugenia agia cada vez que usava de violência física; “Tudo o que eu faço por você, faço pelo seu próprio bem - disse Papa. - Sabia?” (ADICHIE, 2011, p. 645). Outra inversão de cuidado é a “proibição” na forma de se vestir, nem Kambili, nem Beatrice podiam usar calça e short porque era “veste de homem”, então era “pecado”, o cabelo sempre coberto. Assim narra Kambili; “Papa ficaria escandalizado. O cabelo de uma mulher precisa estar coberto na casa de Deus, e uma mulher não pode usar as roupas de um homem” (ADICHIE, 2011, p. 785). Por conta disso a narradora concebe esse tipo de opressão como cuidado:

Uma vez, Papa me abraçou orgulhoso e beijou minha testa, porque o padre Benedict lhe dissera que meu cabelo estava sempre coberto do jeito certo para a missa, que eu não era como as outras meninas da igreja que deixavam o cabelo à mostra, como se não soubessem que expor o cabelo na igreja era pecado (ADICHIE, 2011, p. 327).

A violência simbólica era mais visível na personagem Kambili, silenciosa, tímida, observadora e retraída, além de uma aparente autoestima baixa. Ela se acha incapaz de agir de forma desinibida e leve como os primos, Amaka, Obiora e Chima. A narradora tinha extrema dificuldade expressar seus pensamentos ou vontade. Foi percebendo que a desenvoltura e empoderamento dos primos tinham a ver com a tia Ifeoma, com a relação diferente deles, a forma como incentivava-os. “Ela fazia isso o tempo todo, acreditando que eles iam conseguir saltar. E eles saltavam. Comigo e com Jaja, era diferente. Nós não saltávamos por creditarmos que podíamos; saltávamos porque tínhamos pânico de não conseguir” (ADICHIE, 2011, p. 738).

Na casa dela ria se pouco, conversava o necessário, o silêncio reinava. Com isso todo mundo falava pouco ou quase nada. A partir da visita a sua tia, Kambili se perguntou que todo tinha o riso froixo e foi percebendo que não ria; “Sonhei que estava rindo, mas a risada não soava como minha, embora eu não soubesse bem qual era o som da minha risada” (ADICHIE, 2011, p. 287). Amaka tinha uma relação afetuosa com *Papa* Nwukwu, por isso quando ele faleceu chorou muito. Isso causou estranhamento a narradora, já que ela aprendera a sofrer calada, assim pensou; “Não aprendera a arte de chorar em silêncio; não precisara fazê-lo (ADICHIE, 2011, p. 607). Por fim uma citação ilustra bem o processo de silêncio impositivo que a família de Kambili vivenciava:

Nossos passos na escada eram tão contidos e **silenciosos** quanto nossos domingos; o **silêncio** de esperar que Papa acordasse da sesta para que pudéssemos almoçar; o **silêncio** da hora de reflexão, quando Papa nos dava uma passagem da Bíblia ou um livro de um dos Pais da Igreja para que lêssemos e pensássemos sobre ele; O **silêncio** do rosário da noite; o **silêncio** de ir de carro até a igreja para receber a bênção depois. Mesmo nossa hora da família era **silenciosa** aos domingos (ADICHIE, 2011, p. 100).

A violência simbólica torna a opressão de gênero mais complexa e determinante porque invisibiliza as correntes estruturantes na sociedade. Por isso que superar a desigualdade de gênero é imprescindível para se pensar no desenvolvimento da mulher. Isso só é possível com o processo de empoderamento desses sujeitos e com a conquista da sua autonomia. Sardenberg (2006, p. 2) afirma que “o empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”. Objetivo

maior do empoderamento é questionar e desestabilizar o modelo vigente na sociedade contemporânea, além das mulheres assumirem o controle dos seus corpos e vidas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o colonialismo e patriarcalismo tenham causado profunda desestruturação na vida das mulheres, e mesmo que suas consequências sejam observadas nas sociedades atuais, há que se enfatizar que as estratégias da escrita e da leitura constituem admiráveis formas de resistência cultural (BONNICI, 2000). Destreinar o olhar e desobedecer as epistemologias que aprisionam as mulheres, especialmente as negras, tem sido o caminho para sair da invisibilidade e sujeitamento sociais, ao mesmo tempo que incidem nos processos políticos que organizam e afetam as suas vidas. Nilma Lino Gomes (2010), assegura que a “A inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento faz parte da história das lutas sociais em prol da [...] superação do racismo” (GOMES, 2010, p. 419).

Nessa perspectiva a teoria feminista, especialmente a negra, deu grande contribuição ao interseccionalizar as discussões étnico raciais, gênero e classe na produção científica e literária, possibilitando tencionar as situações que obliteram as mulheres, ao mesmo tempo que potencializa o protagonismo feminino. Ao denunciar as diferenças nas relações de gênero na sociedade, os estudos feminista também possibilitou romper com a visão dicotômica da mulher, ou seja, para além desse sujeito “mulher”, fixo, universal, visualizando novos sujeitos.

Por fim, é importante frisar que essa outra forma de fazer conhecimento, de construção de epistemologias que apontam para *outros* paradigmas metodológicos – que potenciam outras formas de racionalidades, racionalidades alternativas permite, sem dúvida, a ruptura com a história única, sustentada pelas narrativas dominantes que legitimaram as ideologias do processo de colonização de gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco roxo**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BATISTA, Mirian do Nascimento. **Hibisco roxo e o “estereótipo” africano: uma outra história do imperialismo**. TCC (Instituto de Letras). Porto Alegre: UFRGS, 2014

BONNICI, T. *Teoria literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. Maringá, PR: Eduem, 2.ed. 2009.

_____. A dupla colonização da mulher no romance a Escrava Isaura (1875), de Bernardo Guimarães. *Línguas & Letras*. ISSN: 1517-7238 v. 8 nº 15 2º sem. 2007.

_____. **O Pós-colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **A dominação Masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora, UNESP, 2009.

COSTA, Ana. Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. NEIM/UFBA, Salvador, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis. Vozes, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. 419-441.

HALL, Stuart. Quando foi o pós colonial. In: **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.95-118.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Rio de Janeiro, 2014.

JARSCHEL, Haidi; NANJARÍ, Cecília. Castilho. Religião e violência simbólica contra as mulheres. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica. A opção descolonial e o significado de identidade *em* política. 2010. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

PARADISO, S. R. Pós-colonialismo, resistência e religiosidade nas literaturas africanas: algumas perspectivas. Londrina. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. Vol. 2, n.1, pp. 72-83, 2014 ISSN 2183-0886.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**. Maranhão: UFMA, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.

SARDENBERG, Cecília. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. **Comunicação oral no I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento das Mulheres**, projeto Tempo. NEIM/UFBA, Salvador, 2006.

_____. A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia. **OBSERVE: NEIM/UFBA**, 2011

VASCONCELOS, Vanessa. **Os (des)caminhos da mulher: a questão da feminilidade e seus desdobramentos até Freud**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFSJ, São João Del Rei.